

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA/PB

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC/PB)		
Reunião	Ordinária	N° 554
Decisão da CEEC	N° 252/2024	
Referência	Processo Nº 1204538/2024	
Interessado	PAULO ROBERTO XAVIER DE SOUZA FILHO	

EMENTA: Aprova a **MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO**, por infração a alínea "a" do artigo 6º da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea (PB), reunida em sua Sessão Ordinária nº 554, apreciando o Processo Nº 1204538/2024, que versa sobre Auto de Infração Nº ° 700005775/2024 contra a Pessoa Física PAULO ROBERTO XAVIER DE SOUZA FILHO, CNPJ: ***.****, lavrado em: 27/06/2024, por infração ao artigo 6°, alínea "a" da Lei 5.194/66, EXERCÍCIO ILEGAL DE PESSOA FÍSICA, neste Conselho, pela falta de ART referente à construção de uma edificação uni familiar com área total de 183,57m2, no Condomínio Sonho da Serra, Quadra C, Lote nº 81, S/N, Centro – Bananeiras/PB, sem o devido registro no Crea-PB, e; considerando que tal fato constitui infração a alínea "a" do artigo 6º da Lei 5.194/66, que diz: "alínea "a" do Art. 6° da Lei 5.194/66 - "art. 6° - exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou de engenheiroagrônomo: (...) a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro, nos Conselhos Regionais"".; considerando a Resolução nº. 1.008/04-Confea, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; considerando o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às Pessoas Físicas (profissionais e leigos) e às Pessoas Jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; considerando que a pessoa jurídica autuada teve ciência do auto de infração em 24/09/2024, conforme AR anexado ao processo; considerando ainda, que o autuado não apresentou Defesa escrita no prazo previsto no Artigo 10, Parágrafo único, da Resolução 1008/2004, sendo, portanto considerada REVEL; considerando que os Agentes de Fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de Fé Pública; considerando que se encontra anexada ao processo. ART PB********* referente, apenas, a parte de execução de obras; considerando os termos da Decisão Nº 144/2024 - CEEC, que aprovou a adequação de ato administrativo, especificamente para os processos em situação de REVELIA (sem defesa e sem regularização); considerando que da Decisão da Câmara Especializada a autuada poderá apresentar Recurso ao Plenário do Crea-PB, **DECIDIU** aprovar por unanimidade a **MANUTENÇÃO DO** AUTO DE INFRAÇÃO, por infração a alínea "a" do artigo 6º da Lei 5.194/66, devendo ser aplicada a PENALIDADE MÁXIMA, com seu valor atualizado conforme estabelecido por meio da alínea "d" do art. 73 da Lei 5.194/66. Coordenou a sessão na modalidade presencial o Senhor Eng. Civil Edmilson Alter Campos Martins, estiveram participando os seguintes Conselheiros (as): Eng. Civ. Adilson Dias de Pontes, Eng. Civ. Ayrton Lins Falcao Filho, Eng. Civ. Bruno Leite Campos, Eng^a. Civ. Candida Régis Bezerra De Andrade, Eng. Civ. Denison Palmeira Ramos, Eng. Civ. Dinival Dantas da Fraça Filho, Eng. Civ. Fábio Fernandes da Silva, Eng. Civ. Fabricio Macedo Furtado, Engª Civ. Leila Laureano dos Santos, Enga Civ. Maria Assunção de Lucena T. Martins, Enga Civ. Maria Veronica De Assis Correia, Enga. Amb. Marília Henriques Cavalcante, Eng. Civ. Raphael Lins de Abreu Freitas, Eng. Civ. Ronaldo Soares Gomes, Eng. Civ. Severino Pereira da S. Junior, Enga Civ. Veriane Vieira dos Passos, Eng, Civil Walderley Mendes Diniz e o Representante do Plenário da Câmara Eng. de Minas Wenderson Laverrier Araújo Melo.

Cientifique-se e cumpra-se.

João Pessoa/PB, 02 de dezembro de 2024.

Eng. Civil. Edmilson Alter Campos Martins Coordenador da CEEC – Crea/PB